

Quem é o sujeito tatuado diante das redes discursivas de inclusão/exclusão expostas na mídia

Edileide Godoi

Resumo: Compreendendo que a textualização no corpo é em alguma medida um lugar de práticas de subjetivação em que os sujeitos estabelecem relações de poder, propomos discutir neste artigo como o sujeito tatuado se constitui diante das normatizações que, conseqüentemente inclui relações de inclusão/exclusão, expostas midiaticamente. Para tanto, faremos uma análise discursiva com base em conceitos desenvolvidos pela Análise do Discurso, em especial, aqueles advindos dos estudos foucautianos. A partir de Foucault, acreditamos que os sujeitos tatuados são produzidos através das normatizações procedentes das relações de saber-poder constituídas socialmente.

Palavras-chave: Sujeito, Tatuagem, Norma, Relações de poder.

Who is the tattooed subject in the networks of inclusion/exclusion exposed in the media

Abstract: Understanding that textualization in the body is in some measure a place of subjectivation practices in which subjects establish power relations, we propose to discuss in this article how the tattooed subject is constituted before the normatizations that, consequently, includes relations of inclusion / exclusion, exposed mediatically. To do so, we will make a discursive analysis based on concepts developed by Discourse Analysis, especially those derived from Foucault studies. From Foucault's point of

Edileide Godoi. Professora no Departamento de Letras da UFPB.

view, we believe that tattooed subjects are produced through normalizations derived from socially constituted know-power relations.

Keywords: Subject, Tattoo, Norma, Power relations.

Introdução

Em tempos líquidos (BAUMAN, 2005) em que os discursos passam pela efemeridade das informações não é de se espantar que a grande questão que atravessa os sujeitos, na atualidade, seja: quem sou eu? Acreditamos que a resposta passa por determinadas relações que são construídas socialmente, a exemplo das relações de inclusão, exclusão, norma, normatização, etc. que podem ser exploradas a partir nos discursos midiáticos em dispersão. A fim de refletirmos um pouco a respeito do assunto, esse trabalho busca compreender o processo de inclusão/exclusão do sujeito tatuado que se constitui nas redes da mídia. Para tanto, faremos uma análise discursiva com base em conceitos desenvolvidos pela Análise do Discurso, em especial, aqueles advindos dos estudos foucautianos. Acreditamos, a partir da leitura dos trabalhos de Foucault, que o sujeito está em constantemente modificação, portanto, sendo resignificado a partir de diretrizes globais que operam através de práticas de governo do Estado e de subjetivação. A produtividade do cruzamento dessas formas de operação está na constante capacidade de atualização da “norma” termo empregado por Foucault.

Da norma para o sujeito

Para Foucault (2001), decorrentes da norma, estão os conceitos de normação e normalização; o primeiro é típico da modernidade e o segundo da contemporaneidade. Na modernidade, a norma é cada vez mais ligada a mecanismos de disciplinarização, correção e vigilância que direcionam a vida e o corpo do sujeito na sociedade, ou seja, os processos de nominação e separação entre o sujeito normal e sujeito anormal são definidas por mecanismos que são responsáveis por adequar o corpo a uma ordem sociocultural. Esse processo de divisão é fundamental em se tratando do sujeito moderno, sujeito normalizado. Segundo Foucault (2001), o conceito de anormal de nossos dias vem do final do século XVIII e início do XIX, sendo derivado das relações de reciprocidade que se estabeleceram entre três figuras distintas inaceitáveis socialmente: o monstro moral, o indivíduo a corrigir e o onanista. Todos marcados por dois elementos: o jurídico e o biológico.

A primeira categoria, o monstro moral, “combina o interdito e o impossível”. As malformações passaram a ocupar lugar de destaque na medida em que subverteram a lei natural, as leis da sociedade e da justiça. A periculosidade de monstro moral conduz a inversão do crime monstruoso, ao monstro criminoso (Foucault 2001, p.128). A segunda categoria, o indivíduo a corrigir é uma personagem mais recente do eu monstro. “É o mais correlato das técnicas de adestramento, com suas exigências próprias, do que dos imperativos da lei e das formas canônicas da natureza. O aparecimento do incorrigível é contemporâneo ao estabelecimento das técnicas de disciplina, a que se assiste durante os séculos XVII e XVIII” (FOUCAULT, 2001, p. 63).

A partir dessa categoria, o indivíduo a corrigir, pensa-se o sujeito tatuado em exclusão nas lentes da mídia, tendo em vista que há um sujeito tatuado discursivizado pela mídia que rompe a ordem social. Esse sujeito é veiculado a partir de práticas negativas, sujeitas à correção e disciplinamento.

A última categoria, do onanista, a criança masturbadora é a mais nova, surgindo em meados do século XIX, e foi contemporânea ao desenvolvimento das teorias da sexualidade infantil, ou às teorias da psicopatologia das perversões. Tais teorias transportaram-se das práticas de confissão da Reforma Protestante e o seu policiamento dos pecados, dentre os quais o desejo sexual. O contexto de referência estreita-se ainda mais sobre o indivíduo e seu corpo, aplicados à nova tecnologia de poder.

O saber-poder médico conquista definitivamente o seio das famílias, normatizando, controlando e regulando a relação entre pais e filhos. O médico herda o papel do padre: em lugar de interrogatórios, consultas, em lugar de penitências, tratamentos e conselhos. Como descreveu Foucault (2001, p. 74), “a pequena família incestuosa que caracteriza nossas sociedades, o minúsculo espaço familiar sexualmente saturado em que somos criados e em que vivemos formou-se aí”.

Em todas as categorias, o filósofo evidenciou histórias e trajetórias autônomas. Contudo, suas especificidades se modificaram e se misturaram em convergências e deslizamentos. Desse modo, a genealogia dos anormais se formou a partir do estabelecimento de uma rede regular de saber-poder, que sustenta o conceito de anormal.

Conforme Foucault (2001), existe uma norma cultural cuja existência postula que o sujeito seja, ou não, de determinada forma, esteja, ou não, dentro de uma determinada ordem, e esse tipo de or-

dem é marcada pelo/no corpo. Para esse filósofo, o corpo é o lugar de constituição do indivíduo, onde atua as relações de sabe-poder, lugar sobre o qual atuam os discursos e práticas sociais na escola, nas prisões, nos hospitais. Em *Vigiar e Punir*, o corpo aparece como um produto, um objeto infinitamente maleável do poder. A fabricação de corpos dóceis fabricados e governáveis é o alvo das disciplinas. Entretanto, é importante pensar que a forma de subjetividade almejada na contemporaneidade não pode ser apenas vinculada às singularidades somáticas das disciplinas, mas nas lógicas das relações de poder em que governar pressupõe a legitimação do outro, a aceitação dos governados e, sobretudo, a possibilidade de resistência.

Entretanto, embora as resistências sejam presentes nesse processo de constituição de si, segundo Ortega (2008), encontramos nas práticas de bioasceses¹ pós-moderna uma vontade de uniformidade, de adaptação à norma e a constituição de modos de existência conformistas que visa à saúde e o corpo perfeito. Nessa mesma direção Pereira (2013, p.173) salienta que, na hodiernidade, pode-se visualizar um movimento incessante de procura de apagamento das marcas das diferenças em favor da construção de um mundo harmônico e que, por isso, “busca desativar o que difere, marcando com uma identidade anormal o que burla, desenquadra, rompe, destoa dos enclausurados parâmetros de normalidade que engessam os sujeitos e seus corpos”.

Retomando mais uma vez Ortega (2013) diz que os avanços tecnológicos e científicos direcionados ao corpo, a partir do século XX,

1. ORTEGA, Francisco. “Da ascese à bio -ascese ou do corpo submetido à submissão ao corpo”. In: RAGO, Margaret; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo. *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p.139-173.

tornaram as modificações corporais um fato especial na tentativa de personalização do sujeito, pois

não podendo mudar o mundo, tentamos mudar o corpo, o único espaço que restou à utopia, a criação”. *Body-building*, tatuagens, piercings, transplantes, próteses, clonagem, e até mesmo a última moda das amputações voluntárias representam avanços na conquista do último continente, o corpo, e tentativas personalizá-lo (ORTEGA, 2013, p.48).

Essas modificações, no limite da normalidade, são inscritas na norma do biopoder que são incessantemente acolhidos e divulgados pela mídia. Se o biopoder, diferentemente do poder disciplinar se preocupa com as populações é oportuno pensar que, além de diversos mecanismos reguladores, citados por Foucault (controle de natalidade, fecundidade, higiene, saúde pública, etc.), existe a partir do século XX o controle dos cuidados com a saúde da pele que se estende à população.

Nesse íterim, focando nosso objeto de estudo (a tatuagem) sabe-se, de modo geral, que essa prática não é algo novo ou inovador, mas que passou por significações distintas com a evolução do homem, dos meios de comunicação e das tecnologias voltadas para o corpo, estando dentro e fora dos padrões normalizadores de inclusão/exclusão criados pelas relações de saber-poder circulantes na sociedade.

Mauss Marcel (1934), entendendo a tatuagem como uma técnica corporal pontua, em sua obra “Técnicas corporais”, que as marcas corporais são maneiras como os homens de cada sociedade sabem-se servir de seus corpos. Acrescenta ainda que toda sociedade tem

hábitos, regimes, regras que são próprios de cada tempo, e exemplifica isso a partir da maneira distinta como o exército Britânico marcha diferentemente do nosso. Assim, indiferentemente de outras técnicas corporais, a tatuagem, também, tem suas particularidades influenciadas pelos valores sociais, culturais e temporais da sociedade a que está inserida. Fato que justifica mais uma vez, neste trabalho, que se analise o sujeito conforme propõe Foucault (2004): os sujeitos precisam ser compreendidos como sendo produzidos em locais históricos e institucionais específicos, porque eles são construídos dentro e não fora dos discursos.

Dessa forma, buscando compreender como a mídia produz discursos que justificam a exclusão/inclusão de determinado sujeito tatuado, acredita-se que ela surge em decorrência de uma regra sociopolítica que vai classificar os indivíduos em *normais* e *anormais*, inseridos em discursos verdadeiros que buscam governar e direcionar a vida e os corpos dos sujeitos.

Mas, para que não exista dúvida quanto à exclusão ou não exclusão, é necessário buscar as formas de emergência dessa dicotomia, partindo da premissa de que ele é elaborado como reprodução dos efeitos do poder de normalização que se espalha na sociedade. Para tanto, toma-se Foucault em sua obra *Os Anormais*, curso do Collège de France, (1974 -1975), especialmente aula de 15 de janeiro de 1975, em que ele define que a norma

não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica. Por conseguinte, a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um

princípio de inteligibilidade. É um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. [...] a norma traz consigo ao mesmo tempo um princípio de qualificação e um princípio de correção. A norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação a uma espécie de poder normativo (FOUCAULT, 2001, p.62).

Quando Foucault trata da normalização, dizendo que é um tipo de poder, relaciona necessariamente esse poder a um conhecimento, que, segundo ele, só pode funcionar graças à formação de um saber, que é um efeito como condição de um exercício de poder. Por isso, a positividade dessa normalização está diretamente ligada ao conhecimento.

Como já se viu anteriormente, do ponto de vista histórico, as anormalidades estavam ligadas ao crime, ao mal, às aberrações (FOUCAULT, 2001), sendo, discursivamente resultado de práticas discursivas e não discursivas, fruto de processos históricos e culturais. Na atualidade, os rótulos direcionados aos sujeitos tatuados que fogem do padrão ideal têm o mesmo valor estigmatizador e excludente. As tatuagens, marcadas na prisão, por exemplo, são associadas a acontecimentos discursivos, já instalados na memória cultural que são retomados constantemente nos meios midiáticos como aquelas que estão a favor da desordem social.

Na perspectiva foucaultiana, a relação de poder de corpos normais/corpos anormais remete um tempo histórico ainda bastante atual, encoberto apenas pelo discurso da oportunização e da acessibilidade. Assim, não se importa se o sujeito é tatuado, marginal, malhado, gordo ou deficiente, o que está em jogo são as relações de

poder que tornam esses sujeitos aceitáveis ou não. O efeito de flexibilidade da norma funciona como uma oportunidade para que esses sujeitos se encaixem nela. No livro, *Os Anormais*, Foucault (2001) afirma que essas relações podem desdobrar-se em locais de poder a favor da hegemonia da norma.

Assim, no domínio constituído pelo corpo tatuado, de um lado está à necessidade de um controle fundamentado nas disciplinas dos biopoderes, tal como vem acontecendo nas últimas décadas, especialmente com a divulgação de uma política do corpo jovem, bonito e sensual e, por outro lado, registra-se um governo do próprio corpo que, muitas vezes, foge às regras da biopolítica social. Esse, logo é reconhecido e silenciado nas práticas discursivas de cunho positivo.

Nesses pontos, as ideias de Foucault sobre o assunto são vitais para as nossas análises, visto que convergem com aquilo que a mídia discursiviza como verdade, ou não para o corpo na atualidade, ou seja, “princípios de correção e legitimação”. Ela faz circular mecanismos disciplinares em direção ao corpo, símbolos e representações sociais sustentados por um discurso científico e jurídico que espetaculariza o corpo na sociedade, e ao mesmo tempo silencia outros discursos que rompem com os padrões sociais “corretos” e “perfeitos”.

De acordo com Fischer (2012) e Le Breton (2010), o corpo cujas formas causam mal-estar social é o corpo transgressor, é o corpo desgovernado dos sujeitos. Conforme, Kahlil (2013), os corpos desgovernados são corpos que, por funcionarem pelo excesso (de obesidade, de magreza ou de multiplicidade de formas), fogem à sociedade da perfeição. Os corpos desgovernados fazem parte de elementos que estão do lado da transgressão na medida em que “subvertem uma ordem pré-estabelecida seja dada sócio cultural-

mente, seja fixada pelas leis da natureza, acusando lugares para o impossível e para o proibido”. (MILANEZ, 2013, P.14)

Le Breton (2010, p.64) salienta, em direção ao discurso estético, que a transgressão está na deformação, no estranho, em corpos como o do *Franskentein*, que é o corpo de vida e de morte ao mesmo tempo. Para o autor, esse corpo transgride os limites do simbólico e de todas as leis que permitem nomeá-lo, classificá-lo, identificá-lo. Nas palavras do autor: “a condição do homem é corporal. Subtrair-lhe alguma coisa ou lhe acrescentar, coloca esse homem em posição ambígua, intermediária. As fronteiras simbólicas são rompidas [...] toda modificação de sua forma engaja outra definição de sua humanidade”.

Sujeito tatuado: (ex/in)clusão na mídia?

Na sociedade contemporânea, a prática da tatuagem é transmitida pela mídia como discurso anormal e transgressor quando rompem com as normas de boa conduta social, ou com as normas pré-estabelecidas físicas e estéticas vigentes e ratificadas pelos discursos médico, jurídico ou estético, ou seja, esse corpo tatuado marginalizado contém em si um caráter de exclusão e desconfiança que não está dentro dos padrões biopolíticos, estéticos e culturalmente corretos em uma determinada época. Para Pereira (2013), na sociedade contemporânea “os corpos anormais”, além de serem discriminados, terminam frustrados por não serem capazes de atingir o ideal socialmente imposto.

O “normal” tatuado, o incluído pelas lentes da mídia enquadra-se em significados simbólicos pré-construído da sociedade imagi-

nária e de um real dito pela sociedade, ou seja, é preciso alinhar-se aos padrões da moda, da arte, do estilo e sensualidade que são discursivados midiaticamente como lugares ideais para a prática da tatuagem. Esse trabalho tenso no simbólico, segundo Honório (2008, p.80) “é lugar de luta: luta pela inclusão, luta pelos sentidos, luta por significar enquanto sujeito da/na sociedade que o exclui para incluir. Sentidos que instauram contemporaneamente aos processos de subjetivação.” Assim, constroem-se pelo discurso da inclusão da tatuagem na mídia, que inclui atitudes e comportamentos, uma identidade de um grupo sob o prisma de uma normalidade que reduz tudo e todos ao mesmo.

Conforme, Gregolin (2003a, p. 54), na atualidade, a mídia é um espaço de circulação das normas sociais e culturais vigentes de representação do sujeito, este “na ausência de grandes referências nas quais se apoia, vincula à mídia sua possibilidade de acesso ao mundo e de construção de laços sociais”. Logo, a questão da representação que circula nos meios de comunicação emerge no processo de constituição do sujeito. Enquanto a prática de significação, a representação envolve relações de saber-poder direcionadas a governar a vida das pessoas, sobretudo o poder-saber que define quem é incluído e quem é excluído. Nas palavras de Woodward,

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio de significados produzidos pelas representações que damos sentido a nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem sou

eu? O que eu poderia ser? Quem quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (Woodward, 2003, p.17).

Considerando ainda que a identidade é formada socialmente por sistemas de diferença, ou seja, constitui-se a partir do lugar de onde não sou, as representações dão sentido as desigualdades sociais, justificando a exclusão, estigmatizando alguns grupos.

Assim, vê-se a mídia como dispositivo normalizador que inclui/exclui os sujeitos tatuados ao adotar uma positividade que se liga a práticas sociais verdadeiras de uma época. A prática da tatuagem discursivizada pela mídia como verdade passa pela positividade da normalização por meio dos discursos jurídicos, médico e estético, a exemplo das leis que regularizam a prática da tatuagem como propondo uma idade mínima; pelo discurso médico, ao normalizar o uso de produtos descartáveis para a perfuração da pele, e, ainda, pelo discurso estético que toma o corpo desenhado, tatuado, bonito como corpo ideal, sensual, na moda e “estiloso”.

A Mídia como reprodutora de práticas sociais, toma esses discursos e propõe aos sujeitos tatuados modos de expor o corpo que normatizam as construções identitárias dos tatuados e modificam os processos de subjetivação desses sujeitos. Entretanto, isso não significa que, em sua essência, as propostas da Mídia sejam todas negativas, pois “a norma não tem por função excluir, rejeitar. Ao contrário, ela está sempre ligada a uma técnica positiva de intervenção e de transformação, uma espécie de poder normativo” (FOUCAULT, M, 2001, p. 43), que interfere na produção de identidades.

No caso da normalização da tatuagem, a positividade está em manter a ordem, a saúde física e o bem-estar do sujeito que se tatua. No entanto, as construções identitárias atuais dos tatuados e outros sujeitos que destoam do padrão do corpo ideal têm o mesmo efeito de marcar negativamente e excluir esses corpos alheios à norma. Nesse caso, considere-se, por exemplo, a tatuagem “marginalizada” como aquela que foge do padrão da anormalidade, “anormal”, no sentido de que fora entendida como instituído, fora da norma, do que é considerada culturalmente “correto”, em uma determinada época.

Veja-se, por exemplo, a reportagem da revista *Superinteressante*, exposta a seguir. A reportagem, embora de alguma forma inclua a tatuagem marginal nos meios midiáticos, apresenta-se cheia de significados negativos, divulgando, fazendo conhecer o sujeito marginal. Os enunciados verbais e imagéticos reatualizam e ratificam dizeres pré-construídos socialmente na memória coletiva e cultural. Conforme Gregolin (2011, p.90), alguns acontecimentos discursivos retornam constantemente, pois estão instalados com muita força na memória cultural.

A reportagem, “Cadeia Ink” (tinta na cadeia) é um exemplo desse insistente retorno para a prática da tatuagem com valores negativos. A exposição de tatuagens, usadas por detentos e seus significados, insere essa prática dentro de um conjunto de valores marginalizados. A princípio, o enunciado verbal que introduz a reportagem: “Cadeia Ink”, juntamente com o enunciado imagético, já impõe determinados efeitos de sentidos que circulam no imaginário social.

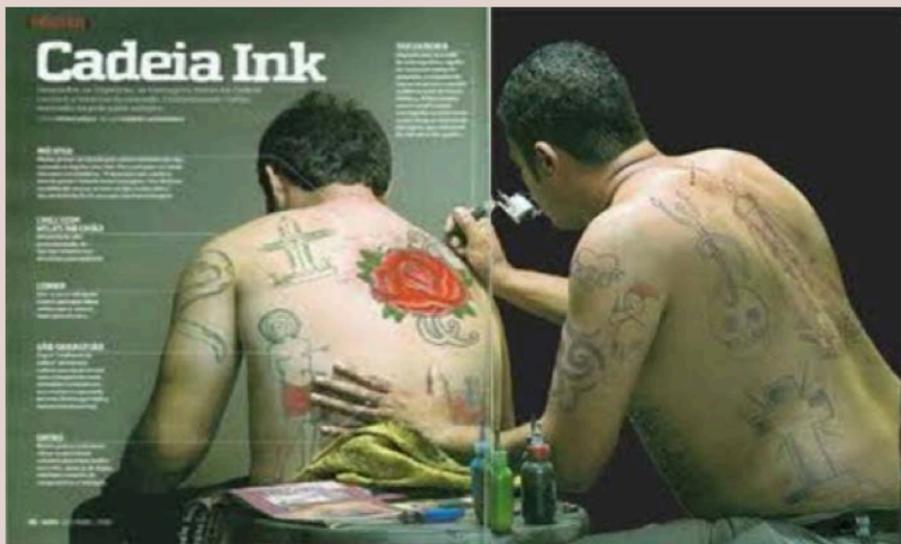


Figura 1 - *Superinteressante*, dezembro, 2008

Vejam que o sujeito tatuado exposto aqui não é o sujeito tatuado inscrito a partir do modelo de ornamentação corporal que todos devem aderir às similaridades, mas o sujeito tatuado que foge do padrão (norma) identitário midiaticizado, aquele que está longe de uma “identidade de consumo pós-moderna, em que se tem um predomínio da mídia” (KELLNER, 2001, p.25). São tatuagens mal definidas, borradas, feitas com recursos precários, com mínima condição de higiene. Biossocialmente², essas tatuagens estão fora dos padrões normalizadores da pós-modernidade, tendo em vista que na atualidade o autoaperfeiçoamento físico, que passa pelo olhar

2. Para Ortega (2008) na biossociabilidade criam-se novos critérios de mérito e reconhecimento, novos valores com base em regras higiênicas, regimes de ocupação de tempo, criação de modelos ideias baseados no desempenho físico e práticas de saúde.

vigilante do outro, tornou-se um significante por meio do qual os indivíduos demonstram sua competência para cuidar de si e construir sua identidade.

A mídia propõe, desde a década de 70, um corpo tatuado não marginalizado, mas belo saudável, magro, esteticamente inserido em regras de conduta e de princípios impostos como verdades e prescrições sociais. Ela busca reproduzir um corpo tatuado inserido em valores sociais de uma classe social elitizada, que se cuida e toma todos os cuidados necessários para a saúde do corpo e da pele, não transgredindo a ordem, mas obediente a uma biopolítica de segurança para população.

Apresentar a tatuagem, a partir de uma desordem social, efeito de sentido produzido pelo próprio enunciado “Ink de cadeia”, (no senso comum “estar na cadeia” significa “fora da lei”, ou ao menos já foi fora da lei), antecipa dizeres pré-estabelecidos no imaginário social que estão fora dos padrões de orientação da prática cotidiana. Unidade consistente que se repete **nos meios midiáticos** – protagonista incansável que mantém sua visibilidade para além da reportagem da Superinteressante, pois é regular esse fio condutor em diferentes meios de comunicação (reportagens, livros, artigos, magazines, sites, blogs, propagandas, depoimentos em redes sociais etc.). Essa repetição e essa insistência sobre os corpos tatuados produzem certos conhecimentos a respeito do corpo e os sujeitos tatuados marginalizados, inserindo-os dentro de padrões reguladores excludentes.

Portanto, numa época de “espetacularização” da prática da tatuagem, essa reportagem surge como uma espécie de alerta que faz emergir determinados sentidos em relação ao sujeito tatuado, ou

seja, é preciso saber diferenciar quem é o tatuado marginal de quem não é, quem está na ordem discursiva dessa prática e quem transgride a ordem. Esses efeitos de sentidos de inclusão e exclusão materializam-se no conjunto enunciativo proposto na reportagem que busca mostrar por meio de signos verbais e não verbais como se dá o uso das tatuagens no interior da cadeia, e quais seus significados dentro daquele grupo. Isso de certa forma é uma espécie de alerta a outros grupos adeptos à prática da tatuagem de como não ser incluído dentro dessa (des)ordem.

Efeito de fim

Sendo assim, entende-se que as relações de resistência estão na base de formação dos poderes que regem a construção discursiva do corpo tatuado, tornando o corpo um lugar de circulação de poderes, pois se há a necessidade de constituir determinados padrões discursivos (jurídicos, estéticos, religiosos) é porque há um discurso divergente, baseado em práticas as quais a mídia e instituições governamentais não valorizam. Nessa relação, cria-se uma tensão entre a imagem que se propõe a desejar e o corpo que ainda não foi totalmente moldado pelos biopoderes.

O discurso midiático apresenta para a prática da tatuagem uma normalização disciplinar como um modelo de certa forma padrão que é constituído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas que querem se tatuar, os gestos, os atos, conforme esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar com essa norma e o anormal quem não é capaz. Para Foucault (2008a, p. 75

- 76), o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não são o normal e o anormal, é a norma. Dito de outro modo, há um caráter primitivamente prescritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J.

Zahar Editor, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução. Eduardo Brandão - São Paulo: Martins, Fontes. 2001. - (Coleção tópicos).

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes. 2008.

_____. *A Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, V.; CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. (orgs.). *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos: Claraluz, 2011, p.83-105.

GREGOLIN, M. R. (org). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

HONÓRIO Ceci-Maria, Aparecida. Dos sujeitos incluídos na(s) sociedade (s): reflexões sobre o espaço multissocial brasileiro. In; Navarro, Pedro. *O discurso nos domínios da linguagem e da História*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

KELLNER, Douglas. *A cultura da Mídia* – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno; tradução de Ivone Castilho Benedetti, Bauru, SP: EDUSC, 2001. Resenha: Marisa Viana Pereira.

LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. 4ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MAUSS, Marcel. *As técnicas corporais*. 1943, 2003. Disponível em <http://www.4shared.com/office/XOBrNpWW/livro_-_antropologia_ii_-_as_t.html> Acesso em: 27/09/2012.

MILANEZ, Nilton. Transgressão, autores e problematizações: notas breves em torno do discurso do sobrenatural IN; MILANEZ Nilton, SANTOS, Jammille da Silva (org.). *Modalidades da transgressão*: discursos na literatura e no cinema. Vitória da Conquista: LABEDISCO, 2013.

ORTEGA, Francisco, *O corpo incerto*: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea - Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

PEREIRA, T.M.A. *O espetáculo de imagens na ordem do discurso midiático*: o corpo em cena nas capas da revista Veja. 203 f. Tese (doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos Estudos Culturais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 7-72.